

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.693 - GO (2019/0004767-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : LARISSA ARCANJO DE MORAIS SAFATLE
AGRAVANTE : GUSTAVO SAFATLE BARROS
ADVOGADOS : ALEX JOSÉ SILVA - GO032520
RICARDO MIRANDA BONIFÁCIO E SOUZA - GO034945
AGRAVADO : COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO
BRASILEIRA LTDA
ADVOGADOS : RODNEI VIEIRA LASMAR - GO019114
MARCO TULIO ALEXANDRINO DE MENDONCA - GO045421

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 919, § 1º, DO NCPC. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. REVISÃO. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULAS Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

LARISSA ARCANJO DE MORAIS SAFATLE e GUSTAVO SAFATLE BARROS (LARISSA e GUSTAVO) interpuseram agravo de instrumento contra decisão que, nos autos de embargos à execução por eles opostos contra COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRO LTDA. (COOPERATIVA), indeferiu o efeito suspensivo aos embargos à execução.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. INDISPENSABILIDADE. EFEITO SUSPENSIVO. IMPOSSIBILIDADE. A concessão de efeito suspensivo aos Embargos à Execução, opostos pelos Executados, somente seria possível, se preenchidos todos os requisitos do § 1º do artigo 919 do atual CPC, especialmente a garantia da execução por penhora, depósito, ou caução, suficientes, de modo que, não logrando êxito os Agravantes, na demonstração de qualquer deles, não há falar-se em suspensão da execução. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO (e-STJ, fl. 116).

Inconformados, GUSTAVO e LARISSA interuseram recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegaram violação do art. 919, § 1º, do NCPC. Sustentaram que não há dúvidas da probabilidade do direito e que a execução está devidamente garantida pelo pagamento realizado pelos recorrentes.

O apelo nobre não foi admitido em virtude da incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, GUSTAVO e LARISSA sustentaram que não é o caso do incidir o óbice referido na decisão de admissibilidade.

É o relatório.

Decido.

A insurgência não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Da alegada violação do art. 919, § 1º, do NCPC.

A jurisprudência desta Casa se firmou no sentido de que, nos termos do art. 919, § 1º, do NCPC, a atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução pressupõe a ocorrência dos requisitos autorizadores da tutela provisória, bem como a garantia da execução por penhora, depósito ou caução.

Nesse entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. QUESTÕES RELEVANTES. AUSÊNCIA DE VALORAÇÃO. OMISSÃO PARCIALMENTE CONFIGURADA.

(...)

3. A atribuição de efeito suspensivo aos Embargos do Devedor depende da conjugação simultânea das seguintes circunstâncias: presença dos requisitos para a concessão da

tutela provisória e garantia da execução por penhora, depósito ou caução (art. 919, § 1º, do CPC). A tutela provisória, por seu turno, pode ser de urgência ou de evidência, e em ambos os casos a sua concessão também depende do preenchimento dos requisitos estabelecidos em lei.

(...)

8. *Recurso Especial parcialmente provido.*

(REsp 1.680.868/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 1º/2/2018 - sem destaques no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 919, § 1º, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O art. 919, § 1º, do CPC/2015 prevê que o magistrado poderá atribuir efeito suspensivo aos embargos à execução quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: (a) requerimento do embargante; (b) relevância da argumentação; (c) risco de dano grave de difícil ou incerta reparação; e (d) garantia do juízo.

2. No caso, diante das premissas fáticas constantes no acórdão, não está demonstrado o dano de difícil ou incerta reparação necessário à suspensão da execução, mormente considerando que as questões levantadas pela ora agravante revelam a ausência de probabilidade do direito alegado.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.124.768/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, DJe 25/10/2017 - sem destaques no original)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 919, § 1º, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O art. 919, § 1º, do CPC/2015 prevê que o magistrado poderá atribuir efeito suspensivo aos embargos à execução quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: (a) requerimento do embargante; (b) relevância da argumentação; (c) risco de dano grave de difícil ou incerta reparação; e (d) garantia do juízo.

2. No caso, diante das premissas fáticas constantes no acórdão, não está demonstrado o dano de difícil ou incerta reparação necessário à suspensão da execução, mormente considerando que

eventual levantamento do valor depositado em juízo pelo recorrente somente deve ser deferido mediante a adoção das cautelas necessárias ao prosseguimento da execução provisória, inclusive prestação de caução, o que será analisado pelo magistrado, no caso concreto.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.651.168/MT, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, DJe 18/4/2017 - sem destaques no original)

No caso, o Tribunal manteve a negativa do pedido de tutela de urgência, para dar efeito suspensivo aos embargos à execução, porque GUSTAVO e LARISSA não comprovaram o pagamento da obrigação, estando ausente a garantia do feito executivo, firme nesses fundamentos:

Destarte, observa-se que a regra geral é a de que os embargos à execução não terão efeito suspensivo, exceto se a parte Embargante demonstrar o seguinte binômio: (I) o preenchimento dos requisitos para a concessão da tutela provisória (urgência e/ou evidência); e (II) a garantia da execução pela penhora, depósito, ou caução suficiente.

Logo, para que haja a suspensão da execução é essencial que os fundamentos levantados pelos Devedores/Embargantes se mostrem relevantes, que o prosseguimento da execução possa causar grave dano de difícil, ou incerta, reparação aos executados e, ainda, que o juízo esteja seguro por penhora, depósito, ou caução suficientes (parágrafo 1º do artigo 919 do atual Código de Processo Civil).

(...)

Assim, é inequívoco que a obstaculização do trâmite processual somente se faz possível diante da garantia integral do feito (§ 1º, in fine), o que não ocorreu, no caso em comento.

Nesse sentido, é imperioso destacar que a notificação mencionada pelos Agravantes (arq. 10 do evento n.1), refere-se uma Escritura Pública de Compra e Venda, Mútuo e Alineação Fiduciária, cuja contratação é regulada pela Lei 8.514/97, ao passo que a ação de execução tem por objetivo o recebimento de empréstimo firmado através de uma Cédula de Crédito Bancário. Desse modo, não está patente o pagamento da obrigação, tampouco a garantia do feito executivo, o que impede a concessão do efeito suspensivo aos Embargos à Execução, opostos pelos Embargantes.

(...)

Feitas essas considerações, entendo que, na hipótese em estudo, não restaram preenchidos todos os requisitos exigidos pelo §1º do art. 919 do atual CPC, tendo em vista a inexistência de relação entre a notificação e o contrato que deu origem à ação executiva, bem como pelo não oferecimento de garantia, pelos Recorrentes

(e-STJ, fls. 110/113).

Assim, não preenchidos os requisitos legais, era, mesmo, o caso de negar o requerimento de efeito suspensivo aos embargos à execução.

Ademais, o STJ compreende que, para rever a conclusão das instâncias ordinárias, acerca dos requisitos autorizadores do efeito suspensivo aos embargos do devedor, é necessário o reexame de matéria fático-probatória, procedimento vedado na via especial, por força da Súmula nº 7 do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 739-A DO CPC/1973. REQUISITOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. O Tribunal de origem, examinando a prova dos autos, concluiu que não foram cumpridos os requisitos necessários para a concessão do efeito suspensivo aos embargos à execução (art. 739-A do CPC/1973). Em tais condições, para acolher a pretensão recursal e adotar entendimento diverso, seria imprescindível a análise de provas, providência inviável em recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 675.969/GO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 7/12/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTES.

1. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. 2. PRETENSÃO À EXTENSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 520, V, DO CPC/1973. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DESTA CORTE. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

2. Segundo entendimento jurisprudencial desta Corte, nos casos de procedência parcial dos embargos à execução, a apelação deve ser recebida apenas no efeito devolutivo. Além disso, na espécie, o Tribunal de origem, com base nos elementos dos autos,

constatou que os requisitos para a concessão do efeito suspensivo aos embargos não estavam presentes, a fim de que fossem extendidos ao recurso de apelação. Desse modo, rever esse entendimento, encontraria óbice no enunciado n. 7 da Súmula desta Casa.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 940.872/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 7/11/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PLEITO PARA QUE SE REAVALIE A POSSIBILIDADE DO EFEITO SUSPENSIVO. IMPOSSIBILIDADE POR MEIO DO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. PRECEDENTES.

1. As instâncias ordinárias não concederam o efeito suspensivo aos embargos à execução em virtude da ausência dos requisitos concorrentes do art. 739, § 1º, do CPC. Entendimento diverso por meio do especial demandaria o revolvimento do acervo probatório.

2. O mutuário não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão judicial, que se apoiou em orientação consolidada nesta Corte. Incidência da Súmula nº 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 591.725/MS, minha relatoria, Terceira Turma, DJe 17/3/2015)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Inaplicável ao caso a majoração de honorários advocatícios.

Por fim, advirta-se que eventual recurso interposto contra este julgado estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Ministro